



Demonstrações Financeiras

WISE BRASIL CORRETORA DE CAMBIO LTDA.

31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto Operacional	9
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	9
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis	10
4. Caixa e equivalentes de Caixa	15
5. Títulos e Valores Mobiliários	15
6. Outros Ativos Financeiros	16
7. Instrumentos Financeiros Derivativos	16
8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos	16
9. Outros Ativos	16
10. Imobilizado de Uso	17
11. Outros Passivos Financeiros	17
12. Direito de Uso Arrendamento	17
13. Passivo de Arrendamento	18
14. Provisões para Pagamentos	18
15. Provisões de Contingências	18
16. Patrimônio Líquido	19
17. Receitas de Prestação de Serviço	20
18. Resultado da Intermediação Financeira	20
19. Despesas com Pessoal	20
20. Despesas Gerais e Administrativas	20
21. Despesas Tributárias	21
22. Despesa com Provisões	21
23. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais Líquidas	21
24. Imposto de Renda e Contribuição Social	21
25. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes	22
26. Partes Relacionadas	22
27. Gerenciamento de Risco e Capital	23
28. Outras informações	25
29. Eventos Subsequentes	25

Senhores Sócios:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes com valores apresentados em milhares de reais (R\$ mil).

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 26 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil concedeu autorização para o funcionamento da Wise Brasil Corretora de Câmbio LTDA (Wise), permitindo o início das operações de câmbio em 11 de março de 2021. Desde então, com a licença obtida e amplamente utilizada, a Wise tem experimentado um crescimento constante na adoção de seus serviços.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 144.693. O resultado apresentado no exercício foi lucro líquido de R\$ 3.921 (R\$ 1.348 no semestre). Ajustando o lucro pela exclusão dos efeitos do *Transfer Pricing* chegaríamos a um lucro líquido de R\$ 99.810 (R\$ 43.995 no semestre).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 308.118. Desse montante, destacamos que R\$ 181.006 são representados por caixas e equivalentes. Passivos, por sua vez, totalizam R\$ 163.425 enquanto o Patrimônio Líquido é representado por R\$ 144.693.

Outras Informações

A política de atuação da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes se fundamenta em normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria.

A Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. esclarece que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. confirma que sua administração dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de março de 2026.

Os Administradores



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Assinado por: DANIEL NAVES MARTELETO-002010072890
CPF: 06200972890
Data e hora de assinatura: 25 de março de 2026 | 13:04 BRT
O: ICP-Brasil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
Empresário: AC CertSign RFB GS

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Notas Explicativas	31/12/2025
Ativo Circulante		290.216
Disponibilidades		62.419
Depósitos Bancários	4.a	62.419
Instrumentos Financeiros		142.046
Mensurados ao Custo Amortizado		140.230
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.b	118.587
Títulos e Valores Mobiliários	5	20.152
Outros Ativos Financeiros	7	1.491
Mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.816
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.816
Outros		85.751
Ativos Fiscais Correntes	8	8.389
Outros Ativos	9	77.362
Ativo Não Circulante		17.902
Outros		1.741
Ativos Fiscais Diferidos	8	1.741
Imobilizado de Uso	10	8.999
Móveis e equipamentos		10.421
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros		825
(-) Depreciação		(2.247)
Direito de Uso Arrendamento	11	7.162
Direito de Uso Arrendamento		15.010
(-) Depreciação		(7.848)
Total do Ativo		308.118
Passivo Circulante		162.706
Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros		1.745
Mensurados ao Custo Amortizado		1.745
Outros Passivos Financeiros	12	1.745
Outras Obrigações		160.961
Passivo de Arrendamento	13	7.442
Obrigações Fiscais Correntes	8	65.769
Provisão para Pagamentos	14	87.750
Passivo Não Circulante		719
Outras Obrigações		719
Provisão para Pagamentos	14	719
Patrimônio Líquido	16	144.693
Capital Social		18.904
Reserva de Capital – Opções Outorgadas		16.236
Reserva de Lucros		109.553
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		308.118

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para o Exercícios Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota	2º Semestre	31/12/2025
Receitas Operacionais			
Receitas de Prestação de Serviço	17	198.265	359.739
Total Receitas Operacionais		198.265	359.739
Resultado da Intermediação Financeira			
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18	11.435	20.607
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	18	18	39
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	18	(10.161)	(18.262)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.292	2.384
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	19	(33.918)	(53.250)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(121.230)	(226.093)
Despesas com Depreciação	10, 11	(4.217)	(7.363)
Despesas Tributárias	21	(31.375)	(57.249)
Despesas com provisões	22	30	(778)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais Líquidas	23	(1.902)	(4.423)
Total das Despesas Operacionais		(192.612)	(349.156)
Resultado Operacional		6.945	12.967
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de Renda	24	(3.494)	(5.645)
Contribuição Social	24	(2.103)	(3.401)
Lucro Líquido		1.348	3.921
Resultado por Quota		0,08	0,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	2º Semestre	31/12/2025
Resultado Líquido do Semestre e Exercício	1.348	3.921
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Semestre e Exercício	1.348	3.921

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para os Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva de Capital Opções Outorgadas	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		18.904	9.969	106.017	-	134.890
Ajuste pela adoção inicial da Resolução BCB nº178 em 01/01/2025		-	-	-	(385)	(385)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		18.904	9.969	106.017	(385)	134.505
Opções Outorgadas/Reconhecidas	16.c	-	6.267	-	-	6.267
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	3.921	3.921
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	3.536	(3.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		18.904	16.236	109.553	-	144.693

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva de Capital Opções Outorgadas	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2025		18.904	12.019	106.017	2.188	139.128
Opções Outorgadas/Reconhecidas	16.b	-	4.217	-	-	4.217
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	1.348	1.348
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	3.536	(3.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		18.904	16.236	109.553	-	144.693

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

Método Indireto

	Notas Explicativas	2º Semestre	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.945	12.967
Ajustes ao lucro			
Depreciações	10, 11	4.217	7.363
Remuneração Renda Fixa	18	3	-
Resultado de Marcação a Mercado	18	705	1.446
Opções de Compra de Ações	19	4.217	6.267
Previdência Social sobre Opções de Compra de Ações	19	2.148	2.637
Provisões para Contingências	15	(445)	-
Provisões para benefício adicionais de funcionários		1.819	2.782
Resultado Ajustado		19.609	33.462
Atividades Operacionais			
Variação de Ativos e Passivos		(41.778)	(15.740)
Redução/(Aumento) Instrumentos Financeiros	5, 6, 7	912	7.735
Redução/(Aumento) Outros Ativos	8, 9	(29.765)	(14.465)
(Redução)/Aumento Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros	12	(29)	(736)
(Redução)/Aumento Outras Obrigações	13, 14, 15	(7.776)	2.017
Imposto de renda e contribuição social pagos	8	(5.120)	(10.291)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		(22.169)	17.722
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de uso e Direito de Uso Arrendamento	10, 11	(12.264)	(18.924)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos		(12.264)	(18.924)
Aumento Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Modificações na Posição Financeira		(34.433)	(1.202)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre e Exercício		215.439	182.208
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre e Exercício	4	181.006	181.006
Aumento Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(34.433)	(1.202)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. ("Wise" ou "Corretora") tem sua sede localizada no 1º andar da Rua Girassol, nº 555, e foi fundada como sociedade limitada em 6 de março de 2020. Especializada no mercado de corretagem de câmbio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a Corretora concentra suas atividades principalmente na corretagem de câmbio, seguindo as normas e leis aplicáveis.

O Conglomerado Prudencial Wise Brasil é liderado pela Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda, consolidada com a Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

A principal finalidade da Corretora é a realização de operações no mercado de câmbio, em conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes. Suas atividades englobam operações de câmbio com clientes para liquidação pronta, operações para liquidação pronta no mercado interbancário e arbitragens no território nacional e internacional. A Wise Brasil Corretora está comprometida em atuar de acordo com as normativas, proporcionando segurança e eficiência em suas operações no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Wise foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e com as Leis das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 com observância às interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e associadas às normas e Resoluções estabelecidas pelo Bacen e o Conselho Monetário Nacional (CMN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020 e normativos complementares.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Corretora, na elaboração de suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen:

Pronunciamentos CPC

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	
CPC 24 – Evento Subsequente	
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	
CPC 27 – Ativo Imobilizado	
CPC 28 – Propriedade para Investimento	
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	
CPC 41 – Resultado por Ação	
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	

Resolução BCB

120/21
120/21
02/20
07/20
02/20
178/22
08/20
120/21
02/20
09/20
06/20
170/21
59/20
02/20
120/21
120/21

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 352/2023, a qual dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, taxa de juros efetiva, constituição de perdas associadas ao risco de crédito e divulgação de informações explicativas sobre instrumentos financeiros. As normas são aplicáveis às instituições financeiras e entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A Administração da Wise Corretora avaliou detalhadamente os impactos da adoção dessas normas, e concluiu-se que não houve impactos relevantes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis. Mais especificamente:

- Não houve impactos na classificação, na precificação e mensuração dos instrumentos financeiros, uma vez que os ativos financeiros já atendiam aos critérios previstos nas novas regulamentações;
- Não houve impacto relevante na constituição da provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos, considerando que a metodologia atual de apuração segue os parâmetros definidos na política global da instituição, a qual já está alinhada com os princípios previstos nas novas normas;
- Os saldos negativos nas contas dos clientes (descobertos) são tratados com base nessa política global e as perdas são reconhecidas conforme os critérios de irrecuperabilidade previamente definidos

A WISE Corretora optou pela adoção da faculdade prevista no artº 102 da Resolução BCB nº 352 quanto a não apresentação das demonstrações contábeis comparativas a períodos anteriores para os períodos de 2025.

Adoção inicial de prática contábil

Em 1º de janeiro de 2025, conforme Resolução BCB nº 178/2022, a Wise adotou a nova prática contábil que dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas, na condição de arrendatária. A adoção da resolução foi aplicada de maneira retrospectiva e resultou no impacto de R\$ 385 registrado no Patrimônio Líquido de abertura do semestre/exercício.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação da Wise.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda transacional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de março de 2026.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto quando mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, são incluídos caixa e equivalentes de caixa, que são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, em aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto) que possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Ativos e Passivos Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo quando aplicável: os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço calculados “pro rata” dia e, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Companhia. No caso aplicado à atual carteira, sua classificação está enquadrada em Custo Amortizado, e independentemente da sua data de vencimento serão classificados integralmente no curto prazo.

d) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: 20% para equipamentos e 10% para móveis e utensílios. Depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros e de direito de uso arrendamento é apropriada conforme o prazo do contrato de aluguel.

e) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.

f) Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para IRPJ é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a CSLL é constituída a alíquota de 15%. O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para IRPJ 25%, e para a CSLL 15%.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa também são constituídos com base nas alíquotas acima mencionadas e consideram as disposições da Resolução BCB 15/2020, alterada pela Resolução 367/2024 quanto aos aspectos de recuperabilidade.

g) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da empresa quando a empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros da Wise estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, quando aplicável, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de *SPPI*, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado), são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros classificados como recebíveis são apresentados nas rubricas de outros ativos financeiros do Balanço Patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado.

As operações de câmbio, representadas como instrumentos financeiros derivativos, contratos a termo de câmbio, são registrados pelas variações de taxas cambiais auferidas a mercado. Todos os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, em até D+2 na Corretora.

Classificação de ativos e passivos financeiros

i. Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou outros.

Para avaliar os modelos de negócios, a Wise considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

ii. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("teste de SPPI")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais de venda é necessário realizar um teste de SPPI.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

iii. Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- 1- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- 2- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

iv. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- 1- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- 2- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- 3- Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

v. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

vi. Passivo Financeiro

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, devemos classificar nossos passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro é classificado ou designado como "valor justo por meio do resultado", conforme detalhado abaixo:

- 1- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 2- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 3- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- 4- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- 5- Contratos híbridos.

vii. Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

viii. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art.

76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução dispensa a Corretora, por ser uma sociedade classificada na segmentação do Banco Central do Brasil como S4, da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, porém deve constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais definidos na resolução.

A Wise utiliza uma metodologia interna para apurar perdas por *chargeback*. Quando um estorno resulta em prejuízo para a empresa, os valores não recuperados são categorizados como contas a receber e são baixados da contabilidade com base no seu tempo de atraso. Mensalmente, a Wise realiza um ajuste contábil para registrar esses valores no balanço patrimonial e criar uma provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos.

As aplicações em operações compromissadas e demais aplicações financeiras são classificadas pelo modelo de negócio como mensuradas ao custo amortizado conforme definido em política interna, os riscos de créditos são considerados nulos ou sem efeito material uma vez que o lastro das operações compromissadas são em títulos públicos e as demais aplicações financeiras estão em instituições de primeira linha com disponibilidade imediata.

ix. Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 17, da referida Resolução, nenhuma receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, é reconhecida no resultado.

x. Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/2023, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – "impairment": A Wise efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é conhecido no resultado do exercício.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 - são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

h) Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de outros benefícios a empregados no longo prazo são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados que serão feitos pela empresa referentes aos serviços prestados pelo empregado até a data de relatório.

i) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das transações baseadas em ações e liquidadas em ações estão descritos na nota explicativa 16.b.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos.

No fim de cada período de relatório, são revisadas as estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos patrimoniais, com terceiros, exceto funcionários, são mensuradas pelo valor justo das mercadorias ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiança, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, mensurados na data em que as mercadorias e serviços são recebidos.

j) Ativos e passivos de arrendamento

No início de um contrato, a Corretora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica "Passivos de Arrendamento", que corresponde ao total dos pagamentos futuros trazidos a valor presente em contrapartida ao ativo "Direito de uso – arrendamento". O ativo inclui custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos e ainda uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Corretora usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Os referidos juros são reconhecidos no resultado do período como "Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas- Juros Passivos".

k) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como recorrente e não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 25.

l) Lucro por quota

O lucro por quota é calculado pela razão entre o Lucro Líquido do exercício e a quantidade de quotas em circulação no encerramento do semestre/exercício.

m) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 09/2020 e alterações da Resolução BCB 367/2024, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações legais - fiscais:** são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que tem os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

n) Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

A principal linha de receita provém das receitas com serviços cobrados pelas transações de venda de moeda estrangeira, cobrados a partir de um percentual fixo do volume operado de câmbio.

As receitas incluem transações com partes relacionadas no exterior para as quais são observadas as regras de Preços de Transferências no Brasil trazidas pela Lei nº 14.596 de 14 de junho de 2023, a qual adequou o Brasil às diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - (OCDE). A Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda passou a adotar a prática de Preço de Transferência (Transfer Pricing) em suas operações a partir de 2024.

Da mesma forma as despesas administrativas incluem rateio de despesas (*Cost allocation*) junto a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda., participante do conglomerado Wise Brasil, de modo que as despesas nas quais ambas as entidades se beneficiam passaram a ser divididas proporcionalmente ao serviço recebido por entidade.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

a) Disponibilidades	31/12/2025
Depósitos Bancários ¹	62.419
Total	62.419

¹ Refere-se substancialmente a depósito de valores em moeda nacional em instituições financeiras.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2025
Carteira Própria	
Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) ¹	118.587
Total	118.587

¹ Aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração indexada em título com lastro público em condições de mercado, classificada como mensurado ao custo amortizado conforme definido em política interna e registrada no ativo circulante.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025
Carteira Própria	
Aplicações Financeiras – CDB ¹	20.152
Total	20.152

¹ É composta por aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração percentual do CDI em condições de mercado, classificada como mensurada ao custo amortizado conforme definido em política interna e, registrada no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento, junto a bancos de primeira linha com vencimento contratual em até 5 anos. Seu custo amortizado equivale a seu valor justo.

6. Outros Ativos Financeiros

Ativo	31/12/2025
Valores a receber de parceiros comerciais	728
Devedores Diversos – País ¹	763
Total	1.491

¹ Saldo substancialmente representado por valores a receber referentes a transações de câmbio.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

Operação a Termo	31/12/2025	
	Valor ao custo	Valor a Mercado
Câmbio		
Contratos de Câmbio	3.262	1.816
Total	3.262	1.816

8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos

Ativo Fiscal Corrente	31/12/2025
IRPJ recolhido por Estimativa	5.084
CSLL recolhido por Estimativa	3.063
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	41
Imposto de Renda a Recuperar	201
Total	8.389

Ativo Fiscal Diferido	31/12/2025
IRPJ Diferido	1.088
CSLL Diferido	653
Total	1.741

Passivo Fiscal Corrente	31/12/2025
Provisão para impostos e Contribuições sobre Lucros	
Provisão IRPJ	6.207
Provisão CSLL	3.739
Total	9.946

Impostos e Contribuições a Recolher	31/12/2025
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	4.185
IRRF sobre importação de Serviços (Metodologia de Preço de Transferência)	2.821
ISS Importação sobre importação de Serviços (Metodologia de Preço de Transferência)	1.338
Outros	26
Impostos e Contribuições sobre Salários	3.944
IRRF	1.340
INSS	2.098
FGTS	506
Outros	47.694
IOF a recolher	43.555
ISS a recolher	1.280
PIS a recolher	187
COFINS a recolher	1.151
PIS sobre importação de Serviços (Metodologia de Preço de Transferência)	205
COFINS sobre importação de Serviços (Metodologia de Preço de Transferência)	945
ISS sobre importação de Serviços (Metodologia de Preço de Transferência)	371
Total	65.769

9. Outros Ativos

	31/12/2025
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (notas 26, 3.n)	62.846
Adiantamentos a Fornecedores	11.409
Despesas Antecipadas	1.975

Depósito Caução	1.083
Outros	49
Total	77.362

10. Imobilizado de Uso

a) Saldos

				31/12/2025
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Equipamentos	20% aa	9.451	(1.568)	7.883
Moveis e Utensílios	10% aa	969	(120)	849
Benfeitoria em Imóvel de Terceiros	100% aa	825	(558)	267
Total		11.245	(2.246)	8.999

b) Movimentos

				31/12/2025
	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Benfeitorias em Imóvel De Terceiros	Total
Custo				
Em 1 de janeiro de 2025	2.077	428	825	3.330
Adições	7.374	541	-	7.915
Em 31 de dezembro de 2025	9.451	969	825	11.245
Depreciação				
Em 1 de janeiro de 2025	(469)	(45)	(235)	(749)
Despesas de Depreciação	(1.099)	(75)	(323)	(1.497)
Em 31 de dezembro de 2025	(1.568)	(120)	(558)	(2.246)
Valor Residual Líquido				
Em 31 de dezembro de 2025	7.883	849	267	8.999

11. Outros Passivos Financeiros

	31/12/2025
Outras Provisões ¹	49
Credores Diversos ²	1.433
Receitas Diferidas a Apropriar	263
Total	1.745

¹ Referem-se substancialmente a valores a serem restituídos pelos usuários do produto à Companhia.

² Referem-se substancialmente à saldo de clientes em trânsito.

12. Direito de Uso Arrendamento

a) Saldos

				31/12/2025
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Direito de Uso Arrendamento	100%aa	15.010	(7.848)	7.162
Total				

b) Movimentos

	31/12/2025
	Total

Custo	
Em 1 de janeiro de 2025	4.357
Adições	10.653
Em 31 de dezembro de 2025	15.010
Depreciação	
Em 1 de janeiro de 2025	(1.983)
Despesas de Depreciação	(5.865)
Em 31 de dezembro de 2025	(7.848)
Valor Residual Líquido	
Em 31 de dezembro de 2025	7.162

Refere-se a 3 contratos de aluguel, com vencimento até 31 de outubro de 2026. Os contratos são anualmente atualizados através de renegociação para mais 12 meses.

13. Passivo de Arrendamento

O passivo de arrendamento é constituído pelos valores presentes das obrigações devidas ao arrendador durante o prazo de utilização dos imóveis. Corresponde aos contratos mencionados na nota 11. O passivo de arrendamento mercantil foi reconhecido e atualizado com base na taxa de captação da Corretora, de 12,50% a 17,00% a.a.

	31/12/2025
Em 1 de janeiro de 2025	2.760
Adições	
Novos Contratos	10.653
Despesas Financeiras	667
Baixas	
Pagamento de Aluguel	(6.638)
Em 31 de dezembro de 2025	7.442

14. Provisões para Pagamentos

	31/12/2025
Valores a Pagar Sociedades Ligadas (notas 20, 26 e 3.n)	56.199
Provisões para Obrigações com Pessoal ¹ (nota 19)	17.615
Fornecedores	13.265
Provisão para Passivos Contingentes (nota 15)	1.192
Outros	198
Total	88.469

¹ Referem-se as provisões relacionadas aos encargos de pagamentos baseados em ações, encargos com pessoal e outros benefícios a empregados no longo prazo.

15. Provisões de Contingências

Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o parecer de consultores jurídicos externos, responsáveis por classificar as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Conforme procedimentos previstos no CPC 25, aprovado pela Resolução nº 09/20 do BCB e da Instrução Normativa BCB nº 319/2022, são constituídas provisões para contingências para processos cíveis e trabalhistas com probabilidades de perda provável.

Contingências (nota 22)	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Cíveis ¹	1.332	2.130	(1.441)	(918)	1.103
Trabalhistas ²	-	89	-	-	89
Total	1.332	2.219	(1.441)	(918)	1.192

¹ Corresponde a 58 processos cíveis para solicitações de danos materiais e morais.

² Corresponde a 1 processo trabalhista.

Os processos classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, pois, a Administração, com base na avaliação de especialistas jurídicos e nas condições processuais de cada ação, entende que esses processos não produzirão efeitos patrimoniais. Segue abaixo os processos que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda possível:

Cíveis - R\$ 2.118: corresponde a 66 processos para solicitações de danos morais.

Trabalhistas - R\$ 135: corresponde a 1 processo.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Wise, é de R\$ 18.904 representado pelo valor nominal unitário de R\$ 1,00, detidos por investidores domiciliados no exterior, sendo 18.714.935 quotas no Reino Unido (Wise UK) e 189.040 quotas nos Estados Unidos (Wise US).

b) Opções de Compra de Ações

O plano de opção de ações para funcionários foi desenvolvido para fornecer incentivos de longo prazo. De acordo com o plano, os empregados Wise recebem opções de ações da Wise PLC, com *vesting* gradual. Se o empregado sair, todos os lotes não investidos são perdidos. Não há condições de mercado – o *vesting* é baseado apenas no prazo de serviço. Após vencimento a renovação não está garantida. Os pacotes de opções não podem ser alterados – as alterações são feitas através do cancelamento do pacote antigo e concessão de um novo pacote.

Uma vez adquiridas, as opções poderão ser exercidas somente mediante o início do exercício. O valor total a ser debitado é determinado por referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição fora do mercado estão incluídas nas premissas do número de opções e prêmios que se espera que sejam adquiridos.

As opções são outorgadas de acordo com o plano sem contraprestação e sem direito a dividendos ou voto. Quando exercível, cada opção é conversível em uma ação ordinária. Como resultado da reestruturação, a Wise Payments Ltd transferiu suas obrigações de pagamento baseado em ações para a Wise PLC, que será responsável pela liquidação dos prêmios de pagamento baseado em ações.

Os participantes são elegíveis para opções de compartilhamento assim que ingressarem na Wise.

c) Plano de opções com liquidação em patrimônio

Neste plano, as opções são adquiridas pelo colaborador diretamente da Transferwise PLC ao valor justo da opção e, no exercício, as ações são adquiridas pelo valor justo determinado na outorga, portanto, não geram impacto financeiro no resultado da Wise.

	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2025	
	Preço Médio de exercício por Opção	Número de Opções
Começo do Período		167.933
Outorgas durante o período	0.00001	247.794
Opções exercidas durante o período	0.00001	(72.211)
Opções perdidas durante o período	0.00001	(44.354)
Relocadores ¹	0.00001	120.833
Fim do Período	0.00001	415.266
	0.00001	
Opções adquiridas e exercíveis no Fim do Período	0.00001	92.369
Preço médio exercido	0.00001	
Valor Justo na data de concessão das Opções concedidas durante o período	69.87	74,11

¹ Refere-se aos colaboradores que receberam ações durante o último ano fiscal estando alocados em outras Entidades situadas fora do Brasil, mas se mudaram para o Brasil neste ano fiscal. Ou o contrário, eles estavam alocados em Entidades do Brasil no último ano fiscal, mas não estão mais neste ano fiscal.

A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa também requer a determinação das entradas mais apropriadas para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção de compra de ações ou direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e fazer suposições sobre eles.

O custo das opções de compra de ações é determinado pelo valor justo na data da outorga pelo modelo Black Scholes.

As provisões do plano de pagamentos baseados em ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentaram uma variação no valor de R\$ 6.267, com isso o saldo total da reserva de capital acumulado ficou em R\$ 16.236.

d) Reserva de Lucros

Constituída como Reserva Especial de Lucros da remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, não configura obrigação presente na data desta demonstração.

e) Destinação de lucros

Os lucros remanescentes registrados em cada exercício social podem ser alocados, no todo ou em parte, para a formação da Conta de Reserva de Lucros e/ou Lucros Acumulados, conforme deliberação da sócia. Após esta alocação, qualquer lucro remanescente poderá ser distribuído à sócia.

Qualquer prejuízo no exercício social deve ser absorvido pelos Lucros Acumulados e pela Reserva de Lucros, nesta ordem.

17. Receitas de Prestação de Serviço

	2º Semestre	31/12/2025
Receitas de Serviços de Câmbio ¹	161.030	311.149
Serviços Prestados à Sociedades Ligadas (notas 26 e 3.n)	37.222	48.577
Outros	13	13
Total	198.265	359.739

¹ Correspondem as receitas pelos serviços cobrados pelas transações de venda de moeda estrangeira, cobrados a partir de um percentual fixo do volume operado de câmbio

18. Resultado da Intermediação Financeira

	2º Semestre	31/12/2025
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 4)	11.435	20.607
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	18	39
Resultado de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 6)	(10.161)	(18.262)
Total	1.292	2.384

19. Despesas com Pessoal

	2º Semestre	31/12/2025
Remuneração ¹	(17.449)	(26.662)
Benefícios	(10.679)	(17.538)
Encargos Sociais	(5.533)	(8.760)
Outros	(257)	(290)
Total	(33.918)	(53.250)

¹ Referente a salários, férias, 13º salário, Horas extras e bônus.

20. Despesas Gerais e Administrativas

	2º Semestre	31/12/2025
Serviços tomados junto à Sociedades Ligadas (notas 26 e 3.n)	(101.838)	(193.863)
Atendimento ao cliente	(8.480)	(15.972)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(2.294)	(4.827)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.245)	(2.702)
Propaganda e Publicidade	(4.373)	(4.682)
Outras	(3.000)	(4.047)
Total	(121.230)	(226.093)

21. Despesas Tributárias

	2º Semestre	31/12/2025
COFINS incidente sobre importação de Serviços/Tecnologia – ajustado via Transfer Pricing (nota 3.n)	(8.529)	(16.336)
ISS	(8.119)	(15.625)
COFINS	(7.090)	(13.690)
PIS incidente sobre importação de Serviços/Tecnologia– ajustado via Transfer Pricing (nota 3.n)	(1.852)	(3.547)
PIS	(1.152)	(2.225)
IOF	(2.774)	(3.347)
ISS incidente sobre importação de Serviços/Tecnologia - ajustado VIA Transfer Pricing (nota 3.n)	(1.859)	(2.427)
Demais Impostos	-	(52)
Total	(31.375)	(57.249)

22.Despesa com Provisões

	2º Semestre	31/12/2025
Contingência (notas 15 e 3.m)	30	(778)
Total	30	(778)

23.Outras Receitas / (Despesas) Operacionais Líquidas

	2º Semestre	31/12/2025
Reembolsos de Custos junto a Sociedades Ligadas (nota 26)	(147)	(1.371)
Descontos Concedidos a Clientes	(530)	(1.615)
Juros Passivos	(376)	(667)
Outras	(849)	(770)
Total	(1.902)	(4.423)

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	31/12/2025
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	6.946	12.967
Adições Permanentes	713	804
Adições Temporárias ¹	13.605	33.786
Exclusões Temporárias	(6.243)	(22.633)
Base de Cálculo	15.021	24.925
IRPJ	3.743	6.207
CSLL	2.253	3.739

¹ Provisões relativas a contingência cíveis e trabalhistas, benefícios pagos à empregados relacionados ao período sabático (curto e longo prazo), Marcação ao Mercado, Arrendamentos conforme CPC 06 R2 e provisão e chargeback, nota explicativa 3.f.

b. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	31/12/2025
Tributos diferidos		
Constituição (reversão) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	399	900
Total de impostos e contribuições diferidos	399	900
Impostos e contribuições correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.996)	(9.946)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.598)	(9.046)

¹ Provisão relativa a pagamentos por opção de ações nota explicativa 3.f.

c. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade da Corretora e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões. Atualmente, a entidade não possui estoque de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social para ser compensado em exercícios futuros. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias líquidas, foram constituídos considerando a alíquota total de 40% (25% IRPJ e 15% CSLL), nos termos da legislação vigente.

A constituição do crédito tributário está condicionada à expectativa de realização. Dessa forma, não foi constituído crédito tributário sobre a provisão de pagamentos em ações, no montante de aproximadamente R\$ 10.761 milhões em dezembro de 2025, em razão da pendência de definição quanto a data de sua realização.

	31/12/2024	Constituição	Reversão/ Realização	31/12/2025
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base negativa de CSLL	-	-	-	-
Diferenças temporárias	841	900	-	1.741
Total de créditos tributários	841	900	-	1.741

d. Expectativa de realização de crédito tributário

	Dezembro/2025		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
1º Ano – 2026	904	542	1.446
2º Ano – 2027	92	55	147
3º Ano - 2028	92	56	148
Total	1.088	653	1.741

¹ Provisão relativa a pagamentos por opção de ações nota explicativa 3j

O cálculo da expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos da entidade, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, fundamenta-se na projeção de lucros tributáveis para o horizonte de 2026 a 2028. Essa projeção baseia-se na metodologia de *transfer pricing* implementada em 2024, que garante o reembolso dos custos operacionais pela matriz estrangeira acrescido de um *mark-up* de 12%, assegurando a geração sistemática de base tributável para IRPJ e CSLL.

25. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, destacamos que nosso resultado contábil recorrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.921. Não houve resultado não recorrente para o exercício.

	2º Semestre	31/12/2025
Resultado Recorrente	1.348	3.921
Resultado Não Recorrente	-	-
Total	1.348	3.921

26. Partes Relacionadas

A Wise Brasil Corretora de Câmbio é controlada pela Wise Payments Limited e Wise US Inc., tem suas operações e remuneração de serviços com partes relacionadas realizadas no curso normal dos negócios.

As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativo	31/12/2025
Ativo Circulante	62.846
Outros	62.846
Outros Ativos (nota 9) ^{1, 2}	62.846
Passivo	
Passivos Circulante	56.199
Outras Obrigações	56.199
Provisão para Pagamentos (nota 14) ^{1, 4}	56.199
Resultado	
	31/12/2025
Receitas Operacionais	48.577
Receita de Prestação de Serviço ^{1, 3}	48.577
Despesas Operacionais	(195.234)
Despesas Gerais e Administrativas ^{1, 3} (nota 20)	(193.863)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas (nota 23)	(1.371)

¹ Corresponde a operações junto a Wise UK Payments Limited, empresa controladora.

² Corresponde a operações junto a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda, empresa ligada.

³ Remuneração de serviços de suporte e tecnologia prestados/tomados junto à Wise UK, estabelecida conforme política de Preços de Transferência (Lei nº 14.596/23)¹¹

⁴ Remuneração de serviços de suporte e tecnologia precificados via Transfer Pricing R\$ 7.900, Serviços compartilhados R\$ 48.298, referem-se ao rateio de despesas operacionais junto à Wise UK Payments Limited, empresa controladora.

As despesas registradas no resultado do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração são como segue:

	2º Semestre	31/12/2025
Proventos	1.779	2.781
Benefícios	77	133
Encargos	471	939
Total	2.327	3.853

27. Gerenciamento de Risco e Capital

A Wise adota uma abordagem proativa e estratégica para a gestão de riscos, reconhecendo que uma gestão eficaz é essencial para alcançar os objetivos estratégicos e a missão da companhia. O gerenciamento de riscos na Wise é fundamental para garantir a resiliência operacional e financeira necessária integrada à sua missão, para construir a melhor maneira de mover e gerenciar o dinheiro pelo mundo.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Wise Brasil está alicerçada no *Enterprise Risk Management Framework* (ERMF) global, adaptado localmente para atender aos requisitos regulatórios do Banco Central do Brasil (BCB), garantindo conformidade com as resoluções vigentes. Adota-se o modelo de três linhas de defesa para assegurar a efetividade do gerenciamento e uma visão abrangente dos controles.

As estruturas de Gerenciamento de Riscos, Capital e Controles Internos da Wise Brasil estão alinhadas aos requisitos regulatórios brasileiros, especialmente à Resolução BCB nº 265/2022. A Wise Brasil é classificada como um conglomerado financeiro do Tipo 3, enquadrado no Segmento 4 (S4), conforme a Resolução BCB nº 436/24.

A seguir são apresentados os riscos gerenciados pela Wise Brasil:

- Risco de Mercado:** A Wise Brasil é afetada pelo risco de mercado primordialmente devido à variação cambial inerente ao seu modelo de negócio transfronteiriço. A empresa adota a estratégia de fechar sua posição de câmbio diária em valores próximos a zero, ou em conformidade com os limites de apetite definidos, minimizando a exposição. Monitora-se diariamente a posição final para garantir o estrito cumprimento da Resolução BCB nº 277/22, que limita a posição vendida. Além disso, a Wise não mantém estoque físico de moedas estrangeiras.
- Risco Operacional:** O monitoramento contínuo do risco operacional visa manter a operação disponível 24/7. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Wise Brasil passou a apurar a parcela dos ativos ponderados pelo risco operacional (RWAOPAD) utilizando a Abordagem Padronizada, em conformidade com a Resolução BCB nº 356/2023. A instituição aplica a regra de transição prevista no art. 19 da referida norma para mitigar impactos da mudança metodológica, assegurando convergência gradual ao novo padrão de capital.

- c) **Risco de Liquidez:** A gestão de liquidez prioriza a segurança e a disponibilidade de recursos. Os procedimentos incluem:
- Identificação e Monitoramento: Controle em diferentes horizontes de tempo, incluindo intradia;
 - Estoque de Ativos Líquidos: Manutenção de ativos de alta liquidez (HQLA) para suportar cenários de estresse e obrigações de salvaguarda;
- d) **Risco de Crédito:** A Wise Brasil não possui carteira de crédito, ou seja, não concede empréstimos a clientes. A exposição ao risco restringe-se ao risco de contraparte decorrente do relacionamento com outras instituições financeiras ou não, incluindo contas em moeda estrangeira, recebíveis, contas em reais e investimentos de liquidez. A Wise Brasil conta com metodologia da sede do grupo que classifica e acompanha o risco de contraparte do grupo Wise de forma centralizada
- e) **Gerenciamento de Capital:** Ao longo do exercício de 2025, a Wise Brasil manteve índices de capital robustos, confortavelmente acima dos mínimos regulatórios. Em dezembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu 20,45%. A gestão de capital conta com políticas aprovadas, Plano de Capital, Programa de Testes de Estresse e Plano de Contingência.
- f) **Gerenciamento de Risco Social, Ambiental e Climático:** A gestão desses temas é norteadada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), em conformidade com a Resolução BCB nº 331/23.
- g) **Risco de Compliance e Controles Internos:** O risco de compliance é gerenciado por equipe independente que atua como segunda linha de defesa. A Wise Brasil segue procedimentos de controles internos de acordo com a Resolução BCB nº 260/2022, focando nos processos críticos para manter a matriz de riscos atualizada.

Limites Operacionais e Indicadores

Os limites operacionais foram devidamente atendidos em 31 de dezembro de 2025. O limite de imobilização apresentou margem livre de R\$ 64.208.829 mil evidenciando baixo comprometimento do capital com ativos permanentes.

Principais Indicadores de Riscos de Capital – reais mil

	31/12/2025
Categorias de Risco	
Risco Operacional (RWAOPAD)	326.555
Risco de Serviços de Pagamento (RWASP)	133.434
Risco de Mercado (RWACAM + RWAJUR)	34.760
Risco de Crédito (RWACPAD)	291.420
RWA Total	786.189
Patrimônio de Referência	
Capital Principal	160.738
Capital Complementar	-
Patrimônio de Referência Exigido para o RWA	62,893
Margem do PR	97.844
Limite de Imobilização	
Ativo Permanente	16.160

Margem de Imobilização

64.209

Índice de Basileia**20,45%**

28. Outras informações

Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

29. Eventos Subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO SILVA AMARAL
Data: 26/03/2026 14:29:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br THAIS ROMANO CANÇADO SILVA
Data: 27/03/2026 15:18:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO SILVA AMARAL
Diretor de Operações e Diretor Financeiro (interino)

THAIS ROMANO CANÇADO SILVA
Contadora
CRC 1 SP 198.160/O-0

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F566D499-47AA-4B4E-A65F-1944F5951599	Status: Concluído
Assunto: Complete com o Docusign: WISEBRASILCORRETORADECAMBIO25.DEZ.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Envelope fonte:	
Documentar páginas: 28	Assinaturas: 1
Certificar páginas: 2	Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado	Remetente do envelope:
Selo com EnvelopelId (ID do envelope): Ativado	Maria Esteves
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	maria.esteves@pwc.com
	Endereço IP: 134.238.160.20


Rastreamento de registros

Status: Original 25 de março de 2026 22:27	Portador: Maria Esteves maria.esteves@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 25 de março de 2026 23:04	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Daniel Marteletto
daniel.marteletto@pwc.com
PwC BR
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital
Detalhes do provedor de assinatura:
Tipo de assinatura: ICP-Brasil
Emissor: AC Certisign RFB G5
Assunto: CN=DANIEL NAVES MARTELETTO:06260972660

Assinatura


Signed by:
Daniel Marteletto
B85C2D581A8C4CD...
Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 134.238.160.200
Política de certificado:
[1]Certificate Policy:
Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6
[1,1]Policy Qualifier Info:
Policy Qualifier Id=CPS
Qualifier:
http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Registro de hora e data

Enviado: 25 de março de 2026 | 22:37
Visualizado: 25 de março de 2026 | 22:40
Assinado: 25 de março de 2026 | 23:04

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Maria Esteves maria.esteves@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign	Copiado	Enviado: 25 de março de 2026 23:04 Visualizado: 25 de março de 2026 23:04 Assinado: 25 de março de 2026 23:04

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	25 de março de 2026 22:37
Envelope atualizado	Segurança verificada	25 de março de 2026 22:45
Envelope atualizado	Segurança verificada	25 de março de 2026 22:45
Entrega certificada	Segurança verificada	25 de março de 2026 22:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	25 de março de 2026 23:04
Concluído	Segurança verificada	25 de março de 2026 23:04

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------